

Desafi(n)ando o coro global



Foto: Antoninho Perri

ÁLVARO KASSAB
kassab@reitoria.unicamp.br

O sociólogo Renata Ortiz foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a estudar a mundialização. Um pioneirismo que remonta ao final dos anos 80 e início dos 90, quando, juntamente com estudiosos do calibre de Milton Santos e Octavio Ianni, organizou seminários e debrou-se sobre o tema. Mais do que identificar o fenômeno, Ortiz logo constataria à época que a nova temática – negada, no início – exigia uma espécie de ruptura com o

pensamento mais convencional das ciências sociais. Sua análise procedia: novas categorias de conceitos iriam irromper ao longo dos anos seguintes. A reboque da profusão de visões e estudos inéditos, entretanto, emergiria o senso comum. “Não houve mediação de qualquer espécie entre esses diferentes momentos”, avalia Ortiz. O primeiro e mais visível efeito da ausência dessa ponte foi a banalização do termo em escala planetária. Causas e consequências dessa distorção são analisadas por Renata Ortiz no livro “Mundialização: Saberes e Crenças” (Brasiliense). A obra, recém-

lançada, reúne cinco ensaios e textos esparsos. Os escritos não só aprofundam e dão sequência aos inúmeros estudos que o intelectual empreendeu no terreno da cultura ao longo de sua trajetória, como debatem temas pouco explorados, entre os quais a supremacia do inglês nas ciências sociais, a noção do público entre o nacional e transnacional, religião e globalização, imperialismo cultural, e o senso comum planetário. Uma amostra da obra de Renata Ortiz, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, está na entrevista que segue.

Foto: Patrícia Santos/Folha Imagem



Manifestantes queimam a bandeira americana em frente ao consulado dos EUA em São Paulo, em 2001: os “anti-globalização” agora se dizem “alter-globalistas”

uma sociedade através de uma noção que apenas a aprende parcialmente.

JU – Quais os fatores que contribuíram para essa distorção e quando esse senso comum passou a predominar?

Ortiz – Existe uma série de diagnósticos elaborados na esfera da administração, da economia, dos homens de marketing, do jornalismo, que tomam o mundo como objeto e que desfrutam de uma autoridade certamente indevida. Por isso utilizo, em um dos ensaios, como fonte básica de análise, esses livros, muitos deles best-sellers vendidos em todos os aeroportos do planeta. Eles materializam um senso comum planetário que constrói uma narrativa coerente e infundada sobre nossa contemporaneidade. O debate das ciências sociais com o senso comum é antigo, porém, o interessante é que hoje, devido à existência de instâncias sociais transnacionais, ele se mundializa.

Constrói-se assim uma versão da globalização que, ao ser difundida e celebrada, na mídia mundial, no jornalismo especializado, em escritos tipo Peter Druker, passa a ser considerada como o retrato fiel da realidade. É necessário trabalhar com uma certa distância nessas versões e entender como elas são construções específicas do mundo contemporâneo. Daí o título de meu livro, “Saberes e Crenças”, pois várias dessas narrativas transformam-se em crenças.

JU – Nessa linha de raciocínio, parece haver uma certa confusão entre as esferas da macroeconomia e os conceitos de natureza ideológica, relegando a um plano secundário outras consequências do fenômeno. Por que o senhor acha que ocorre isto?

Ortiz – Certamente, desde o início de minha reflexão sobre a problemática, procurei estabelecer uma distinção entre mundialização da cultura e globalização técnica e econômica. Há certamente uma relação entre esses níveis mas não uma homologia. Não existe, e tampouco existirá, uma “cultura global”, uma única concepção de mundo. Enquanto se fala de mercado global ou de tecnologia global, na esfera cultural somos obrigados a enfrentar o tema da diversidade. Para mim, a globalização é uma situação, uma totalidade que envolve as partes que a constituem, mas sem anulá-las.

Neste contexto, o velho e o novo estão presentes; o local, o nacional e o tribal não desaparecem. O “velho” é re-significado e o novo marca as mudanças ocorridas. Trata-se de uma realidade na qual convivem e entram em conflito espaços e temporalidades distintas. É essa riqueza da análise que às vezes se perde quando o quadro atual é analisado apenas do ponto de vista econômico.

JU – O senhor quer dizer que ele, por si, não explica a sociedade?

Ortiz – Sim. Ele nos dá apenas a ilusão.

JU – Além de ser, invariavelmente, hegemônico.

Ortiz – Ele é hegemônico e ilusório. Por ser hegemônico, nós acreditamos, ao falarmos de economia, estamos explicando os fatos que nos cercam. Isto não significa que a dimensão econômica não seja importante e constitutiva dos fenômenos atuais. Não tenho dúvidas a este respeito. Porém, ela está longe de explicar o conjunto de fatos

vivenciados por nós. É curioso, como a colonização do debate atual pela economia tende a ter um valor terapêutico; ao se hipertrofiar uma dimensão da análise ela permite sempre a busca de uma solução, econômica, dos problemas enfrentados. O pensamento atua como uma espécie de pacificador dos conflitos conceituais e uma compensação psicológica diante das contradições do mundo real.

JU – Anestesia o debate...

Ortiz – Creio que até mesmo entre os economistas.

JU – Em um dos ensaios, o senhor analisa a supremacia do inglês no mundo contemporâneo. Como surgiu o interesse pelo tema?

Ortiz – Queria entender, de forma crítica, como se dá esta hegemonia e quais as implicações disso para as ciências sociais. Queria entretanto evitar uma armadilha usual e escapar de um tipo de análise vinculada a duas categorias – imperialismo cultural e raiz nacional. Creio que realizei minha intenção.

Primeiro, entendendo o inglês como uma língua que adquiriu um status e uma legitimidade de cunho mundial. No campo de forças das línguas existentes, ele ocupa uma posição hierarquicamente superior. Isso significa que o inglês não é uma língua franca, neutra, utilizada apenas em benefício de uma melhor comunicação, pois o atual mercado de bens linguísticos é constituído por relações desiguais entre os idiomas.

JU – Quais são suas implicações para as ciências sociais?

Ortiz – O inglês transformou-se na língua da modernidade-mundo. Neste sentido ele não é mais norte-americano ou britânico; ele se des-territorializa para se re-territorializar no espaço da modernidade do mundo. Qualquer um, independentemente de sua nacionalidade e de sua localização, pode manipulá-lo. Existe, portanto, uma variação de “inglês” re-trabalhados em diferentes contextos culturais.

JU – Que resulta na diversidade de estaques.

Ortiz – Sim. É o preço pago pela centralidade da língua. Porém, se você não sabe inglês, você é um analfabeto na modernidade do mundo, encontra-se excluído de suas fronteiras. Isso implica em novas relações de poder e de força entre os idiomas. No caso das ciências sociais, ao contrário das ciências da natureza, o objeto sociológico é construído através da língua. O idioma não é acidental, secundário, ele é constitutivo da construção do objeto. A mesma realidade, trabalhada em inglês ou em outras línguas, apresenta versões finais não necessariamente coincidentes. Pois as categorias de compreensão da realidade se espelham na língua.

JU – E como fica o papel da tradução?

Ortiz – Quando traduzo conceitos, não posso esquecer que eles estão enraizados em determinados contextos, linguísticos e sociais. É sempre bom lembrar que as ciências sociais estão sempre referidas a contextos.

JU – O senhor poderia exemplificar?

Ortiz – A diferença entre *nationalism* e *questão nacional*. *Nationalism* é uma coisa, questão nacional é outra. As duas configurações expressivas se cruzam mas não coincidem. Quando eu falo sobre a problemática da *questão nacional* na América Latina, não estou falando necessariamente de *nationalism*. Refiro-me a temas como: modernidade incompleta, construção do Estado nacional, identidade, cultura popular, relação entre o estrangeiro e o autóctone etc. Esta é uma discussão tradicional nos escritos dos modernistas, dos arquitetos, dos políticos, e também das ciências naturais. O *nationalism* é uma dimensão, entre outras, nesta constelação expressiva.

JU – Os conceitos não batem.

Ortiz – Exatamente. Escrevendo em inglês, opto por um determinado recorte. Caso houvesse um abandono da construção do objeto sociológico em outras línguas, a favor do inglês, teríamos uma versão empobrecida da realidade. Ela perderia em diversidade e em acuidade.

JU – Em que medida o mundo da cultura foi atingido pela globalização?

Ortiz – As implicações são várias. Há uma des-territorialização de certos símbolos e signos, que perdem seu significado local e nacional e adquirem uma dimensão mundial. Por exemplo, Madonna já não é mais americana, Pokemon japonês, e Pelé brasileiro. Todos têm uma origem geográfica qualquer, no entanto, enquanto símbolos eles integram um imaginário coletivo

mundializado que transcende seus países de origem. Transforma-se também numa concepção de espaço, e principalmente as noções de autóctone e estrangeiro.

JU – Mas existe também a opção de não se integrar.

Ortiz – O problema não é tanto a questão de não se integrar, é que os processos de integração não são coincidentes. Por exemplo, os grupos islâmicos fundamentalistas. Eles são distintos dos grupos islâmicos tradicionais e utilizam os recursos da informática para se conectarem entre si e organizarem suas atividades. O que os aproxima não é a internet, mas uma concepção de mundo calcada numa determinada interpretação do Alcorão, que lhes dá “fundamento” para agirem da maneira que agem.

A utilização dos meios de comunicação, na situação de globalização, tem sinais diferenciados. Muitos estudos cometem um equívoco simples quando falam de nossa contemporaneidade. Eles estabelecem uma homologia entre a cultura e o sistema técnico. Daí, após uma análise exaustiva da expansão planetária dos meios de comunicação, eles concluem a existência de um “mundo integrado”.

JU – Econsensual que a internet democratizou as relações no mundo globalizado. O senhor concorda?

Ortiz – Acho que há um equívoco de base nessa discussão. O equívoco é vincular a técnica a questões de ordem ideológica. Isso é uma constante na história dos meios de comunicação. Por exemplo: imprensa, em determinado momento, foi vista como um veículo democrático, em contraposição ao universo elitizado dos livros. A invenção da televisão, por causa de sua abrangência, foi percebida como um meio “mais” democrático do que a imprensa. Novamente, os adventos do computador e da internet são valorizados como instrumentos que incentivam a pluralidade e a democracia. O problema é que cada um desses exemplos supõe uma equivalência entre meio técnico e valor político. Mas democracia é um conceito que em hipótese alguma poderia ser reduzido à dimensão técnica dos fenômenos sociais. Nesse sentido, para mim, a internet em si não é um avanço nem um retrocesso democrático. A questão seria: quais são as concepções políticas dos diferentes grupos que a utilizam e em que medida elas contribuiriam ou não para o fortalecimento da democracia?

JU – Mas, por outro lado, é inegável que foi facilitado o acesso a determinadas mídias. É possível, por exemplo, ouvir uma música sem necessariamente ter de comprar um CD. Há sites que armazenam e disponibilizam músicas de milhares de bandas.

Ortiz – Certamente, mas não devemos confundir acesso com democracia. É perfeitamente possível vivermos numa sociedade autoritária que nos dá acesso a um conjunto de bens materiais. O fato de termos uma escolha maior, na sua pergunta, de músicas, é evidentemente bom. Não vejo porque indignar-me quando posso escolher entre roupas de cores e modelos diferentes, ou estilos arquitetônicos diversos para reformar minha casa. Mas isso não significa um incremento de democracia. Senão deveríamos pensar como esses

SERVIÇO

Mundialização: Saberes e Crenças

Autor: Renata Ortiz

Editora: Brasiliense

Páginas: 214

Preço: 32,00

seus cidadãos. E também, em escala transnacional, atuando como uma entidade importante na constituição de consenso e normas internacionais.

JU – E na esfera da cultura?

Ortiz – Nesta área, definitivamente, ele perdeu muito de sua “jurisdição”. O Estado já não mais consegue organizar o que seria a “identidade nacional”, ele também perdeu o monopólio que tinha em relação a um conjunto de questões culturais, que são agora, regionais, étnicas ou mundiais. Sua presença é certa, mas não mais com a mesma força. O Estado-nação guarda também o monopólio da violência, e em termos políticos, a capacidade de equacionar diversos conflitos, embora não todos.

JU – E a capacidade de implementar políticas públicas?

Ortiz – Não tenho nenhuma dúvida de que o Estado tem a capacidade de promover algumas políticas públicas no interior de seu território. Se não o faz, isso se deve a outros motivos. Porém, na discussão da globalização, tampouco tenho dúvidas de que seu poder de ação se restringiu. Já não é mais possível pensar a política em termos exclusivamente nacionais; somos obrigados, a pelo menos imaginá-la, em âmbito mundial. Do contrário, ficaríamos aprisionados a esquemas que já não mais dão conta da realidade.

JU – Que análise o senhor faz do papel da religião nesse contexto?

Ortiz – Mostro em que medida as religiões universais – catolicismo, islamismo etc – têm um estatuto diferente no contexto da globalização. Sua condição é distinta do momento de emergência da modernidade, no século XIX, com a Revolução Industrial. Por serem transnacionais, essas religiões têm uma capacidade de atuação muitas vezes superior à do Estado-nação. Neste movimento de ação planetária, as religiões estão bem municiadas, pois conseguem agregar as pessoas e não simplesmente conectá-las.

JU – Isso foi potencializado pela globalização?

Ortiz – Sem dúvida. A jurisdição do Estado-nação está restrita a seu território, o terreno da religião é “universal”. Vistos sob essa perspectiva, eu diria que as religiões e as grandes corporações atuam em escala global. No contexto da modernidade, a religião perde espaço para o Estado-nação; com a globalização, isso muda de figura.

JU – Quais são as implicações dessa mudança de paradigma?

Ortiz – Na definição da política moderna, o Estado-nação tinha a primazia do fazer política. Agora, ele é curto-circuitado por forças que se legitimam por causa de sua natureza e amplitude, transnacionais.

Quem é Renata Ortiz

Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), Renata Ortiz é graduada em Sociologia pela Université de Paris VIII. Fez mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris. Escreveu, entre outros livros, *A Morte Branca do Feliteiro Negro* (Ed. Moza, 1976, Reedição, Ed. Brasiliense, 1991); *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (Ed. Brasiliense, 1985); *A Moderna Tradição Brasileira* (Ed. Brasiliense, 1988); *Cultura e Modernidade* (Ed. Brasiliense, 1991); *Românticos e Federalistas* (Ed. Olho d'Água, 1992) e *Mundialização e Cultura* (Ed. Brasiliense, 1994). *Um Outro Território: ensaios sobre a mundialização* (Olho d'Água, 1996). *O Próximo e o Distante: Japão e a modernidade-mundo* (Brasiliense, 2000). *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual* (Olho d'Água, 2004).



“Hoje é reconhecido que o processo tem raízes históricas e dificilmente se fala da globalização enquanto ideologia”

“O inglês não é mais norte-americano ou britânico. A pessoa de qualquer nacionalidade pode manipulá-lo”

“O Estado perdeu o monopólio sobre o conjunto de questões culturais, que agora são regionais, étnicas ou mundiais”